

# *Estado não interrompe os trabalhos nos Cieps*

Nenhum investimento feito pelo governo Brizola na área da educação será paralisado, garantiu ontem durante o programa **Encontro com a imprensa**, da Rádio JORNAL DO BRASIL, o secretário estadual de Educação, Carlos Alberto Direito. Ele disse, no entanto, que os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) representam um investimento desproporcional ao atendimento que estão fazendo, mas garantiu que manterá o turno único nós que já estão em funcionamento.

— Não sabemos ao certo — disse ele — quantos Cieps da rede estadual estão prontos. De acordo com a antiga secretária, são 111, atendendo a apenas 89 mil alunos, menos de 7% da população escolar. Estamos muito preocupados com a situação lastimável em que encontramos 239 escolas da rede regular, muitas até sem carteiras.

## **Mirabolantes**

Os Cieps foram o principal assunto do programa, que recebeu dezenas de perguntas dos ouvintes, um dos quais afirmou que o secretário estava difamando o governo anterior. “Eu não condeno os Cieps”, disse o professor Carlos Alberto Direito, “mas acho que eles não podem ser construídos sem condições concretas. Eu defendo o turno único, que é uma idéia de Anísio Teixeira”.

Ele afirmou ter encontrado a Secretaria de Educação em situação assustadora e que o projeto especial de educação resumiu-se à construção dos Cieps. Embora ainda não saiba quantas unidades estão em funcionamento efetivo no Estado, o secretário acha que a realidade não é compatível com a propaganda feita pelo governo Brizola. Ele disse que cada Cieps custa ao governo 1 milhão de dólares.

Referindo-se aos Cieps como “obras mirabolantes”, Carlos Alberto Direito afirmou que a decisão final

sobre eles será tomada pelo governador Moreira Franco, depois de examinar os dados que estão sendo levantados sobre a situação da educação no Estado.

## **Gatilho**

Vários professores fizeram a mesma pergunta ao secretário de Educação: como o governo pretende estimular o trabalho do professor extinguido o gatilho salarial? “Foi uma decisão do governo porque o Estado está sem recursos”, respondeu ele, se estender na resposta, ao contrário do que fez nas demais.

Alguns professores quiseram saber como serão escolhidos os diretores das escolas da rede estadual, se por eleições — como reivindicam através de sua entidade, o Centro de Professores do Rio (CEP) — ou se por indicações políticas. “Os critérios ainda não estão definidos”, disse ele, “mas é preciso que se acabe com a interpretação de que a participação política é fisiológica”.

Ele disse ainda que o governo dará prioridade a áreas carentes, como a Baixada Fluminense, e que não tem opinião formada sobre o aumento da carga horária — e, conseqüentemente, do salário — do professor. Sobre a participação do CEP na elaboração da política educacional, reivindicação feita pela entidade, disse: “O governo tem sua proposta, mas é nossa política a participação das entidades de classe”.

O secretário de Educação denunciou o desvio, no governo Brizola, de recursos repassados pelo governo federal para a educação. “O dinheiro que vinha através de convênio”, afirmou, “ia para a caixa única, não havendo, portanto, um controle para ver se era efetivamente aplicado em educação.”